PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PRC 175/2026
DISPENSA 57/2026

O MUNICÍPIO DE ARCEBURGO - PREFEITURA, pessoa jurídica de direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 17.899.717/0001-10, situado na R. Cel. Cândido de Souza Dias, 1.033, Centro, Arceburgo-MG, por intermédio da Agente de Contratação Sra. **VANESSA ROSA CAMPAGNOLI DA COSTA**, nomeada pela Portaria nº 09 de 03 de janeiro de 2025, torna público o aviso de dispensa de licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM,** nos termos Artigo Nº 75, inciso III da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa de Licitação, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:	DIA 02/12/2026, AS 09H00MIN
REFERÊNCIA DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	licitacao.arceburgo@gmail.com
ENDEREÇO PARA PROTOCOLO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	Setor de Protocolos - Rua Coronel Cândido de Souza Dias, nº 1033, Centro – Arceburgo/MG.
LINK DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO:	www.arceburgo.mg.gov.br/licitacoes

1– DO OBJETO:

1.1 - **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA EQUIPE E-MULTI E DO NÚCLEO DE APOIO AO AUTISTA, COM RECURSOS REFERENTES ÀS EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS Nº 07/2025 E 06/2025, RESPECTIVAMENTE.**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026

1.2. Compõem este aviso de dispensa de licitação, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.2.1 – **ANEXO I** – TERMO DE REFERÊNCIA;

1.2.2 – **ANEXO II** – MODELO DE PROPOSTA;

1.2.3 – **ANEXO III** – MINUTA DE CONTRATO;

2. – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura Municipal de Arceburgo/MG, para exercício de 2026, na classificação abaixo:

Ficha 273
Dotação orçamentária: 02007 001 10 302 1003 2.055
Elemento de despesa: 339030 – MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 1500 000 1002 – Recursos não Vinculado de Impostos – SAÚDE

Ficha 323
Dotação orçamentária: 02007 001 10 302 1003 2.055
Elemento de despesa: 339030 – MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 1500 000 1002 – Recursos não Vinculado de Impostos - SAÚDE

3. – DO VALOR ESTIMADO:
3.1 - O valor médio estimado para contratação será de **R$15.284,55 (quinze mil, e duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).**

4. – PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DEPREÇO/COTAÇÃO:

4.1. O presente **AVISO** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS,** a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao **e-mail: licitacao.arceburgo@gmail.com,** ou protocolados no Setor de Protocolo desta municipalidade, localizado à Rua Coronel Cândido de Souza Dias, nº 1033, Centro – Arceburgo/MG, fazendo referência a **DISPENSA.**

4.1.1 Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 02/12/2026 às 09:00h.

4.2 Habilitação:

4.2.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.2.1.1. Para comprovar habilitação jurídica, o vencedor deverá apresentar a seguinte documentação:

4.2.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

4.2.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

4.2.1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;

4.2.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

4.2.1.6. Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

4.2.1.7. Compromisso de constituição do Consórcio, se for o caso;

4.2.1.8. Credenciamento do Representante Legal para assinatura do contrato.

4.2.2- DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

4.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

4.2.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

4.2.2.3. Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Pública Estadual;

4.2.2.4. Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

4.2.2.5. Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

4.2.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

4.2.2.7. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica através do portal https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/, comprovando que a empresa não foi declarada inidônea ou não se encontra suspensa de licitar ou contratar com a administração pública municipal

4.2.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

4.2.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

5. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

5.1. Poderá participar desta licitação qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste Aviso de Dispensa de Licitação e seus Anexos, que esteja devidamente credenciada, munida de chave de identificação e de senha, cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaçam as condições deste Aviso de Dispensa de Licitação.

5.2. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

5.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos;

5.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

5.2.4. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

5.2.5. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio celebrado por mais de três empresas;

5.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

5.2.8. Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017);

5.2.9. Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

5.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

5.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

5.4. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Aviso de Dispensa de Licitação e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

5.5. Conforme preceitua o art. 174 da Lei nº 14.133/2021, a participação dos licitantes será vinculada a contabilização de todos os prazos a partir das publicações naPlataforma de Licitações AMM Licita (www.licitardigital.com.br), que se destina a realização de todo procedimento licitatório desde a publicação do Aviso de Dispensa de Licitação até a homologação do resultado.

5.6. Esta contratação deverá ser destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, por se tratar de itens de contratação cujo valor seja inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006.

5.7. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

5.7.1. A obtenção de benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 dedezembro de 2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

5.7.2. Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/2006 e reproduzidos neste Aviso de Dispensa de Licitação, deverão apresentar ainda os seguintes documentos.

5.7.2.1. Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:
5.7.2.2. Comprovante de opção pelo Simples obtido no site do Ministério da Fazenda, (http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/ConsultaOptantes.app/ConsultarOpcao.aspx) ou do site do SINTEGRA (http://www.sintegra.gov.br), desde que o comprovante de fato ateste a opção pelo Simples.
5.7.2.3. Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.

5.7.2.4. Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

5.7.2.5. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da LC 123/06;

5.7.2.6. Cópia da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

5.7.2.7. Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

5.7.2.8. Cópia do contrato social e suas alterações;

5.7.3. Os documentos aos quais se refere este item somente deverão ser apresentados após a convocação para assinar o contrato, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no Cadastro de Inscrição no Municipio.

5.7.3.1. O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Arceburgo, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste Aviso de Dispensa de Licitação e das demais cominações legais.

5.7.3.2. Em caso de empresário ou sociedade empresária submetida ao registro obrigatório na Junta Comercial, fica dispensada a apresentação da cópia do contrato social e suas alterações, desde que seja apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, expedida em prazo não superior a 15 dias da data marcada para a abertura das propostas.

5.7.3.3. A licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional que porventura venha a ser contratada deverá atender ao que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e § 1º e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, comunicando à Receita Federal, sendo o caso, no prazo legal, sua exclusão do Simples Nacional, sob pena de aplicação das sanções contratuais previstas e retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor.

6. Proposta de Preço/Cotação:

6.1. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Aviso de Dispensa de Licitação.

6.2. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Aviso de Dispensa de Licitação serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

6.3. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Aviso de Dispensa de Licitação. Devendo obedecer ao valor estipulado pela Diretoria de Saúde e Vigilância Sanitária.

7. DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos materiais e também mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026

8. – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1. Poderá a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCEBURGO/MG** revogar o presente Aviso de Dispensa de Licitação da Chamada Pública, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

8.2. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCEBURGO/MG** deverá anular o presente Aviso de Dispensa de Licitação aviso de dispensa de licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

8.3. A anulação do procedimento de aviso de dispensa de licitação, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCEBURGO/MG**.

ARCEBURGO/MG, 26 de novembro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
VANESSA ROSA CAMPAGNOLI DA COSTA
Data: 27/11/2026 08:42:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

VANESSA ROSA CAMPAGNOLI DA COSTA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

A Prefeitura Municipal de Arceburgo, por meio da Diretoria de Saúde e Vigilância Sanitária, apresenta o Termo de Referência destinado a fornecer informações técnicas relevantes para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA EQUIPE E-MULTI E DO NÚCLEO DE APOIO AO AUTISTA, COM RECURSOS REFERENTES ÀS EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS Nº 07/2025 E 06/2025, RESPECTIVAMENTE,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1. DOS ITENS, ESTIMATIVA DE CUSTOS E PRAZOS DE VIGÊNCIA DA ATA E CONTRATO:

ÍTEM	*ESPECIFICAÇÃO*	*UN*	*QUANT.*	*VR UNIT.*	*VR TOTAL*
1	**BALANÇO PROPRIOCEPTIVO ORTOPÉDICO -TIPO BALANCIM** COM ESTRUTURA EM AÇO, TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E PINTURA DE ACABAMENTO RESISTENTE. PLATAFORMA CENTRAL SUSPENSA E FIXADA POR CORRENTES ZINCADAS; ASSENTO OU PLATAFORMA REVESTIDO COM MATERIAL ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS INTERNAS DE 0,40 X 0,20 M E EXTERNAS DE 0,70 X 0,40 X 0,55 M. ESTRUTURA FIRME E ADEQUADA PARA ATIVIDADES TERAPÊUTICAS.	UN	7	R$ 318,56	R$ 2.229,92
2	**BALANÇO SENSORIAL - TIPO NINHO INDIVIDUAL** FORMATO GOTA, COMPOSTO POR 1 ESTRUTURA DE TECIDO OXFORD EM DUAS CAMADAS, 1 ALMOFADA REMOVÍVEL E 1 CONJUNTO DE SUSPENSÃO COM PONTOS DE FIXAÇÃO E ELEMENTOS METÁLICOS ADEQUADOS. SUPORTE MÍNIMO DE 70 KG, COSTURAS REFORÇADAS E ACABAMENTO RESISTENTE.	UN	5	R$ 177,00	R$ 885,00
3	**BONECA INFANTIL DE PEQUENO PORTE - ALTURA APROXIMADA DE 20 A 30CM** CONFECCIONADA EM MATERIAL ATÓXICO, RESISTENTE E LAVÁVEL, COM ACABAMENTO SEGURO, SEM REBARBAS OU PARTES CORTANTES, ADEQUADA PARA ATIVIDADES LÚDICAS, FAZ DE CONTA, INTERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL.	UN	10	R$ 32,30	R$ 323,00
4	**CARRINHO INFANTIL EM FORMATO DE CAMINHÃO OU VEÍCULO SIMILAR** CONFECCIONADO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO (PP), POLIETILENO (PE) OU MATERIAL EQUIVALENTE, RESISTENTE E ATÓXICO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 48 X 48 X 87 CM. RODAS FUNCIONAIS E ACABAMENTO SEM REBARBAS. INDICAÇÃO DE FAIXA ETÁRIA E REQUISITOS DE SEGURANÇA CONFORME LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.	UN	10	R$ 32,99	R$ 329,90
5	**CHOCALHO INFANTIL COMPOSTO POR 1 PEÇA** CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, ATÓXICO E LAVÁVEL, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 12 A 20 CM, ACABAMENTO ARREDONDADO E SEGURO E ELEMENTOS	UN	5	R$ 20,10	R$ 100,50

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026

	INTERNOS PRÓPRIOS PARA PRODUÇÃO DE SOM AO MOVIMENTAR.				
6	**CONJUNTO COM 5 FANTOCHES DE MÃO** REPRESENTANDO OS PERSONAGENS DO FOLCLORE BRASILEIRO: 1 SACI-PERERÊ, 1 CURUPIRA, 1 BOTO-ROSA, 1 MULA-SEM-CABEÇA E 1 SEREIA. CORPO EM TECIDO RESISTENTE E ANTIALÉRGICO, CABELOS EM LÃ ACRÍLICA OU MATERIAL EQUIVALENTE E ROUPAS EM TECIDO DE ALGODÃO OU EQUIVALENTE. ACABAMENTO COSTURADO E RESISTENTE.	CJ	10	R$ 86,01	R$ 860,10
7	**CONJUNTO CONTENDO NO MÍNIMO 200G DE AREIA CINÉTICA COLORIDA** ACONDICIONADA EM EMBALAGEM RESISTENTE E REUTILIZÁVEL. MATERIAL MALEÁVEL, DE TEXTURA SUAVE, NÃO TÓXICO, ADEQUADO PARA MODELAGEM E ATIVIDADES SENSORIAIS. DEVERÁ SER FORNECIDO COM NO MÍNIMO 2 MOLDES PLÁSTICOS PARA MODELAGEM.	CJ	10	R$ 24,14	R$ 241,40
8	**CONJUNTO CONTENDO NO MÍNIMO 3 JOGOS DE TABULEIRO** SENDO OBRIGATORIAMENTE: 1 JOGO DE DAMAS, 1 JOGO DE XADREZ E 1 JOGO DE TRILHA. CADA JOGO DEVERÁ POSSUIR TABULEIRO COMPLETO E TODAS AS PEÇAS NECESSÁRIAS PARA SUA UTILIZAÇÃO. PEÇAS E TABULEIROS CONFECCIONADOS EM MATERIAL RESISTENTE E ATÓXICO.	CJ	10	R$ 81,67	R$ 816,70
9	**CONJUNTO DE FAMÍLIA TERAPÊUTICA COMPOSTO POR 10 BONECOS ARTICULADOS** SENDO: 1 PESSOA GORDA; 1 PESSOA MAGRA; 1 PESSOA SURDA; 1 PESSOA CADEIRANTE COM CADEIRA DE RODAS; 1 PESSOA IDOSA COM ANDADOR; 1 PESSOA NEGRA; 1 PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA; 1 PESSOA INDÍGENA; 1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA UTILIZANDO MULETAS; E 1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL UTILIZANDO BENGALA. BONECOS CONFECCIONADOS EM MADEIRA E TECIDO, COM PINTURA ATÓXICA E ACABAMENTO RESISTENTE. ACESSÓRIOS CORRESPONDENTES INCLUÍDOS.	CJ	10	R$ 252,98	R$ 2.529,80
10	**CONJUNTO DE PINOS DE ENCAIXE** COMPOSTO POR 1 BASE PERFURADA E NO MÍNIMO 20 PINOS COLORIDOS, CONFECCIONADOS EM PLÁSTICO RESISTENTE, ATÓXICO E LAVÁVEL, COM DIMENSÕES ADEQUADAS AO MANUSEIO INFANTIL. PINOS COMPATÍVEIS COM OS FUROS DA BASE.	CJ	10	R$ 34,51	R$ 345,10
11	**DADO CONFECCIONADO EM ESPUMA MACIA E RESISTENTE** DIMENSÕES APROXIMADAS DE 15X15X15CM OU SUPERIORES REVESTIDO COM MATERIAL LAVÁVEL, CONTENDO ELEMENTOS DE ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA, INCLUINDO CADARÇO, ZÍPER E BOTÕES, PARA TREINO DE COORDENAÇÃO MOTORA FINA, HABILIDADES FUNCIONAIS E AUTONOMIA.	UN	5	R$ 49,58	R$ 247,90

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026

12	**ESPAGUETE DE PISCINA** CONFECCIONADO EM ESPUMA DE POLIETILENO OU MATERIAL FLEXÍVEL EQUIVALENTE, LEVE, RESISTENTE, NÃO TÓXICO E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, DESTINADO A ATIVIDADES RECREATIVAS, MOTORAS, AQUÁTICAS E TERAPÊUTICAS. COMPRIMENTO APROXIMADO DE 1,60M OU SUPERIOR E DIÂMETRO APROXIMADO DE 6 A 8CM.	UN	20	R$ 8,87	R$ 177,40
13	**FRASCO CONTENDO NO MÍNIMO 50ML DE SOLUÇÃO PARA FORMAÇÃO DE BOLHAS DE SABÃO** ACOMPANHADO DE 1 APLICADOR. EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE, COM APROXIMADAMENTE 10 CM DE ALTURA E 3,5 CM DE DIÂMETRO, OU DIMENSÕES EQUIVALENTES. PRODUTO ADEQUADO AO USO INFANTIL E COM COMPOSIÇÃO NÃO TÓXICA.	UN	10	R$ 3,55	R$ 35,50
14	**GANGORRA INFANTIL - TIPO CAVALINHO** COMPOSTA POR 1 CORPO EM PLÁSTICO RESISTENTE, 1 ASSENTO ANATÔMICO, 2 APOIOS PARA AS MÃOS E 1 BASE DE BALANÇO ESTÁVEL. MATERIAL ATÓXICO, LAVÁVEL, SEM REBARBAS OU BORDAS CORTANTES E ADEQUADO AO USO INFANTIL.	UN	5	R$ 152,56	R$ 762,80
15	**JOGO DE HABILIDADE (2)** COMPOSTO POR 1 ESTRUTURA/BASE, NO MÍNIMO 20 VARETAS E 1 CONJUNTO DE PEÇAS DE APOIO NECESSÁRIAS AO FUNCIONAMENTO, CONFECCIONADOS EM PLÁSTICO RESISTENTE E ATÓXICO. DEVE SER FORNECIDO COMPLETO, COM TODAS AS PEÇAS NECESSÁRIAS À MONTAGEM E UTILIZAÇÃO.	JG	5	R$ 61,51	R$ 307,55
16	**JOGO DE MASSAS PARA REABILITAÇÃO** COMPOSTO POR 4 UNIDADES DE MASSA DE SILICONE OU MATERIAL ELASTOMÉRICO EQUIVALENTE, NAS CORES AZUL, AMARELA, VERMELHA E VERDE, CORRESPONDENTES A DIFERENTES NÍVEIS DE RESISTÊNCIA. CADA UNIDADE DEVERÁ POSSUIR NO MÍNIMO 80 G, SER LAVÁVEL, REUTILIZÁVEL E NÃO TÓXICA.	JG	5	R$ 96,06	R$ 480,30
17	**KIT CONTENDO 6 ANIMAIS SELVAGENS EM MINIATURA** CONFECCIONADOS EM BORRACHA, PVC OU MATERIAL FLEXÍVEL EQUIVALENTE, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, COM APROXIMADAMENTE 7 A 12 CM CADA, SENDO: 1 TIGRE, 1 LEÃO, 1 RINOCERONTE, 1 ZEBRA, 1 GIRAFA E 1 ONÇA.	KT	10	R$ 24,62	R$ 246,20
18	**KIT DE LETRAMENTO COMPOSTO POR 10 JOGOS DISTINTOS** SENDO: 1 ALFABETO ILUSTRADO; 1 BINGO DO ALFABETO; 1 ALFABETO DIVERTIDO; 1 LOTO LEITURA; 1 DOMINÓ DE VOGAIS; 1 DOMINÓ DE FRASES; 1 DOMINÓ DE ALFABETIZAÇÃO; 1 ALFABETO E SÍLABAS; 1 MEMÓRIA DE ALFABETIZAÇÃO; E 1 JOGO DE APRENDIZAGEM DE ANTÔNIMOS. CADA JOGO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, COM TODAS AS CARTAS, PEÇAS, TABULEIROS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO.	KT	8	R$ 172,61	R$ 1.380,88

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026

19	**KIT DE QUEBRA-CABEÇAS PROGRESSIVOS COMPOSTO POR NO MÍNIMO 3 QUEBRA-CABEÇAS** CADA UM COM QUANTIDADE DIFERENTE DE PEÇAS, SENDO NO MÍNIMO 4, 9 E 16 PEÇAS. CONFECCIONADOS EM PAPELÃO RÍGIDO, MDF OU MATERIAL EQUIVALENTE, RESISTENTE E ATÓXICO, COM ENCAIXE ADEQUADO E PEÇAS DE TAMANHO SEGURO PARA MANUSEIO.	KT	10	R$ 66,60	R$ 666,00
20	**KIT DE SEQUÊNCIA LÓGICA COMPOSTO POR NO MÍNIMO 24 CARTAS ILUSTRADAS** ORGANIZADAS EM NO MÍNIMO 8 SEQUÊNCIAS DE 3 CARTAS OU 6 SEQUÊNCIAS DE 4 CARTAS. CARTAS CONFECCIONADAS EM PAPEL CARTÃO DE ALTA GRAMATURA, MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE OU EQUIVALENTE, COM IMPRESSÃO NÍTIDA E ACABAMENTO ADEQUADO.	KT	10	R$ 41,92	R$ 419,20
21	**LIVRO DE CONTOS DOS IRMÃOS GRIMM** EM LÍNGUA PORTUGUESA, IMPRESSO EM PAPEL DE QUALIDADE, COM CAPA RESISTENTE E ACABAMENTO ADEQUADO AO MANUSEIO FREQUENTE. DEVE CONTER SELEÇÃO DE CONTOS COMPLETOS OU ADAPTADOS PARA LEITURA INFANTOJUVENIL, COM DIAGRAMAÇÃO LEGÍVEL E ILUSTRAÇÕES QUANDO APLICÁVEL.	UN	5	R$ 67,26	R$ 336,30
22	**MALETA DE ATIVIDADE SENSORIAL** CONFECCIONADA EM FELTRO DE ALTA QUALIDADE, RESISTENTE E ATÓXICO. DIMENSÕES APROXIMADAS: FECHADA 28X22X4CM E ABERTA 45X28CM. COM NO MÍNIMO 8 ATIVIDADES INTERATIVAS INCORPORADAS À MALETA, INCLUINDO ELEMENTOS DE ZÍPER, BOTÃO, CADARÇO, FIVELA, VELCRO, ENCAIXE E OUTRAS ATIVIDADES DE ESTIMULAÇÃO TÁTIL E COORDENAÇÃO MOTORA. FECHAMENTO E ACABAMENTO REFORÇADOS.	UN	10	R$ 75,25	R$ 752,50
23	**MEIA BOLA DE EQUILÍBRIO** COMPOSTA POR 1 MEIA ESFERA INFLÁVEL, 1 BASE PLANA ANTIDERRAPANTE E 1 VÁLVULA DE ENCHIMENTO. CONFECCIONADA EM PVC, TPE OU MATERIAL EQUIVALENTE DE ALTA RESISTÊNCIA, COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 55 A 65 CM E CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 120 KG.	UN	5	R$ 133,66	R$ 668,30
24	**TESOURA ADAPTADA - COMPRIMENTO APROXIMADO DE 15 A 20CM** COMPOSTA POR 1 TESOURA COM MECANISMO TIPO MOLA PARA ABERTURA AUTOMÁTICA, LÂMINAS METÁLICAS PROTEGIDAS, PONTAS ARREDONDADAS E CABO ERGONÔMICO. ADEQUADA PARA ATIVIDADES DE RECORTE E COORDENAÇÃO MOTORA.	UN	10	R$ 14,23	R$ 142,30

O valor estimado total da contratação é de **R$15.284,55 (quinze mil, e duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).**

1.1. ESTIMATIVA DE CUSTOS

1.1.1. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

1.1.2. Os preços pactuados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações.

1.1.3. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.1.3.1. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratado;

1.1.3.2. Serão reajustados os preços contratados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

1.1.3.3. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1.1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 26 de 17 de abril de 2023.

1.2. E PRAZOS DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1.2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.2.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026

2. DA JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no PCA 2026 regulamentado pelo Decreto Municipal nº 85 de 19 de dezembro de 2025 e suas alterações, com grau de prioridade média, e a data limite para contratação é 30/11/2026.

2.3. A presente demanda está contemplada no planejamento estratégico do município, estando presvisto no PPA, LOA e LDO.

2.4. A realização do presente procedimento licitatório justifica-se pela necessidade de aquisição de materiais destinados ao atendimento das demandas do Núcleo de Apoio ao Autista e da Equipe Multiprofissional (E-multi) da Atenção Primária à Saúde do Município de Arceburgo/MG, visando ao fortalecimento, à continuidade e à qualificação dos serviços de saúde disponibilizados à população, conforme previsto nas Emendas Impositivas nº 006/2025 e nº 007/2025, em atendimento às solicitações formalizadas por meio dos Ofícios Internos nº 006/2026 – PAEE e nº 007/2026 – PAEE.

2.5. Em atendimento às emendas supracitadas, a administração municipal já realizou em 12/11/2026 o PRC165/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 72/2026 que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA EQUIPE E-MULTI E DO NÚCLEO DE APOIO AO AUTISTA, COM RECURSOS REFERENTES ÀS EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS Nº 07/2025 E 06/2025, RESPECTIVAMENTE., porém alguns itens restrados frustrados/desertos

2.6. No que se refere ao Núcleo de Apoio ao Autista, a aquisição dos materiais de consumo tem por finalidade proporcionar condições adequadas ao desenvolvimento das atividades terapêuticas e assistenciais destinadas aos pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando suas necessidades individuais e as especificidades dos atendimentos realizados pelos profissionais responsáveis. Os materiais contribuirão para a execução de intervenções terapêuticas, atividades de estimulação, acompanhamento, orientação e demais ações voltadas ao desenvolvimento, à autonomia e à melhoria da qualidade de vida dos pacientes atendidos.

2.7. A disponibilização desses materiais mostra-se essencial para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pelo Núcleo de Apoio ao Autista, permitindo o

aprimoramento das práticas terapêuticas e a ampliação das condições de atendimento, de modo a favorecer o acompanhamento individualizado e a efetividade das ações desenvolvidas, em consonância com as necessidades dos usuários e com as diretrizes de atenção integral à saúde.

2.8. Quanto à Equipe Multiprofissional (E-multi) da Atenção Primária à Saúde, a aquisição dos materiais destina-se à manutenção e ao aprimoramento das atividades desenvolvidas pelos profissionais que integram a equipe, proporcionando suporte às ações de promoção da saúde, prevenção de agravos, incentivo à prática de atividades físicas, reabilitação e acompanhamento dos usuários da rede municipal de saúde.

2.9. Os materiais destinados à E-multi contribuirão para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais, possibilitando maior eficiência na realização de atendimentos individuais e coletivos, atividades de orientação, práticas corporais, exercícios terapêuticos e demais intervenções voltadas à prevenção de doenças, à recuperação da saúde e à melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, a aquisição favorecerá o fortalecimento das ações multiprofissionais e a ampliação da capacidade de atendimento no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

2.10. Ressalta-se que as aquisições contempladas neste procedimento atendem a demandas específicas e complementares da rede municipal de saúde, sendo destinadas a unidades e equipes que desenvolvem atividades distintas, porém igualmente relevantes para a promoção da saúde e a assistência à população. A realização de um único procedimento licitatório, observada a adequada individualização dos itens e de suas respectivas destinações, poderá proporcionar maior eficiência administrativa, racionalização dos procedimentos de contratação e melhor aproveitamento dos recursos públicos disponíveis.

2.11. Destaca-se, ainda, que as aquisições estão vinculadas às Emendas Impositivas nº 006/2025 e nº 007/2025, devendo ser observadas as respectivas finalidades, a correta destinação dos recursos e as condições estabelecidas para sua execução, assegurando a aplicação dos valores nas ações e serviços de saúde contemplados pelas referidas emendas.

2.12. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e de relevante interesse público, uma vez que permitirá suprir as demandas materiais do Núcleo de Apoio ao Autista e da Equipe Multiprofissional (E-multi) do Município de Arceburgo/MG, garantindo melhores condições para o desenvolvimento das atividades terapêuticas, assistenciais, preventivas e de promoção da saúde. A medida contribuirá para a continuidade e a qualificação dos atendimentos, o

fortalecimento da rede municipal de saúde e a utilização eficiente dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

3. DO FUNDAMENTO LEGAL E MODALIDADE LICITATÓRIA

3.1. A Contratação será por dispensa de licitação nos termos do Art. 75, inciso III, da Lei Nº 14.133/2021 e o critério de julgamento para obtenção da melhor proposta será MENOR PREÇO conforme Art. 33, inciso I, da Lei Nº 14.133/2021.

3.2. O procedimento de dispensa de licitação está sendo adotado somente porque foi realizando anteriormente o PRC 165/2026 – Pregão Eletrônico 72/2026, onde foi frustrado vários itens.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2026 e exercícios subsequentes, na classificação abaixo:

Ficha 273
Dotação orçamentária: 02007 001 10 302 1003 2.055
Elemento de despesa: 339030 – MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 1500 000 1002 – Recursos não Vinculado de Impostos – SAÚDE

Ficha 323
Dotação orçamentária: 02007 001 10 302 1003 2.055
Elemento de despesa: 339030 – MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 1500 000 1002 – Recursos não Vinculado de Impostos - SAÚDE

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E OS REQUESITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A descrição da solução como um todo e os requisitos da contratação encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO - CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. Prazo para Entrega do Objeto: A contratada receberá AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO emitida pelo Departamento de Compras e a entrega deverá ser no prazo de até 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da autorização, devendo a contratada obedecer em tudo às condições de entrega estabelecidas na mesma.

6.2. Locais de Entrega: É OBRIGATÓRIA a entrega do objeto licitado no ALMOXARIFADO CENTRAL da Prefeitura de Arceburgo/MG, localizado a Rua Cel. Lucas Magalhães, nº 642, Centro, em Arceburgo/MG, NÃO SENDO PERMITIDO QUE OS SERVIDORES SE DESLOQUEM DO MUNICÍPIO PARA BUSCAR O OBJETO NA SEDE DA EMPRESA VENCEDORA, porque no preço proposto já está incluído o frete do local de origem (empresa fornecedora) até o destino (Almoxarifado Central Municipal).

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Obs. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput.

7.5.1 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.5.2. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

7.5.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.5.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.5.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.5.6. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.5.7. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.5.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.5.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.5.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da

necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.5.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa.

7.5.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.5.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. DO RECEBIMENTO

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, e posteriormente será entregue para acompanhamento e fiscalização do contrato, que verificará conformidade com a nota fiscal apresentada para pagamento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de imediato, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, por se tratar de um item de primeira necessidade.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após

a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. LIQUIDAÇÃO

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.6. A Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.2.7. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até trinta dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do (IPCA) Índice Geral de Preços para correção monetária.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será efetuado de acordo com o objeto efetivamente entregue, através de depósito e/ ou transferência bancária em conta corrente do licitante vencedor até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços.

8.4.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação nos termos do Art. 75, inciso III, da Lei Nº 14.133/2021 e o critério de julgamento para obtenção da melhor proposta será MENOR PREÇO conforme Art. 33, inciso I, da Lei Nº 14.133/2021.

9.2. Exigências de habilitação

9.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3. Habilitação jurídica

9.3.1. Para comprovar habilitação jurídica, o vencedor deverá apresentar a seguinte documentação:

9.3.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.3.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

9.3.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;

9.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

9.3.6. Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

9.3.7. Compromisso de constituição do Consórcio, se for o caso;

9.3.8. Credenciamento do Representante Legal para assinatura do contrato.

9.4. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

9.4.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

9.4.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

9.4.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

9.4.5. Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

9.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

9.4.7. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica através do portal https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/, comprovando que a empresa não foi declarada inidônea ou não se encontra suspensa de licitar ou contratar com a administração pública municipal

9.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

9.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10. CONSÓRCIO

10.1. Conforme o Art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e seus incisos: "será admitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio.

10.2. Para fins de habilitação, deverá ser apresentado o compromisso público particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155, da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, e “g” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “l” e “m” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

11.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

11.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por

descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (tritna por cento) do valor da contratação.

11.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

11.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

11.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

11.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

11.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos o Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

11. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A gestão e fiscalização do Contrato serão exercidas, por servidor designado pelo Diretor da Pasta de Saúde e Vigilância Sanitária, nos termos do Art. 117, da Lei nº 14.133/2021, cabendo ao fiscal:

a. Exigir o cumprimento das obrigações;
b. Efetuar o recebimento definitivo dos serviços;
c. Efetuar os esclarecimentos das dúvidas porventura existentes e encaminhar à Administração os casos de descumprimento contratual que impliquem na aplicação de penalidades.

12.2. O responsável pela fiscalização não terá qualquer poder para eximir a Contratada de qualquer obrigação prevista neste Termo de Referência.

12.3. A Diretoria de Saúde e Vigilância Sanitária, responsável pela fiscalização, terá plena autoridade para suspender a entrega do bem total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente, por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros. Em todos os casos, a entrega do bem só poderão ser reiniciadas por outra ordem da Fiscalização.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou cancelamento da Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026

a. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

b. A Administração poderá revogar a presente licitação por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta ou anulá-la por ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

c. A CONTRATADA reconhece que, na hipótese de inexecução total ou parcial do presente Contrato, a CONTRATANTE poderá rescindi-lo unilateralmente, sem prejuízo das sanções contratuais e legais que lhe forem inerentes.

d. A CONTRATANTE providenciará a publicação de extrato do contrato e de seus eventuais termos aditivos, às suas expensas.

Arceburgo, 25 de novembro de 2026.

TATIANA BEVILACQUA DE MATOS RIBEIRO:03505611689
Assinado de forma digital por TATIANA BEVILACQUA DE MATOS RIBEIRO:03505611689
Dados: 2026.11.26 13:38:37 -03'00'

TATIANA BEVILACQUA DE MATOS RIBEIRO
Gestora Municipal da Diretoria de Saúde e Vigilância Sanitária

Data da Aprovação: / /2026

Aprovado por:

MARGARETH OLIVEIRA ANACLETO:17066572858
Assinado de forma digital por MARGARETH OLIVEIRA ANACLETO:17066572858
Dados: 2026.11.27 08:32:59 -03'00'

MARGARETH OLIVEIRA ANACLETO
PREFEITA MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Empresa:
CNPJ: **Inscrição Estadual:**
Endereço:
Telefone: **e-mail:**
Referência bancária: (banco, agência, conta)
Responsável pela empresa:
CPF: **RG:**

DISPENSA DE VALOR Nº 57/2026 COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO III da Lei 14.133/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA EQUIPE E-MULTI E DO NÚCLEO DE APOIO AO AUTISTA, COM RECURSOS REFERENTES ÀS EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS Nº 07/2025 E 06/2025, RESPECTIVAMENTE.

ÍTEM	*ESPECIFICAÇÃO*	*UN*	*MARCA E MODELO*	*QUANT.*	*VR UNIT.*	*VR TOTAL*
1	**BALANÇO PROPRIOCEPTIVO ORTOPÉDICO - TIPO BALANCIM** COM ESTRUTURA EM AÇO, TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E PINTURA DE ACABAMENTO RESISTENTE. PLATAFORMA CENTRAL SUSPENSA E FIXADA POR CORRENTES ZINCADAS; ASSENTO OU PLATAFORMA REVESTIDO COM MATERIAL ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS INTERNAS DE 0,40 X 0,20 M E EXTERNAS DE 0,70 X 0,40 X 0,55 M. ESTRUTURA FIRME E ADEQUADA PARA ATIVIDADES TERAPÊUTICAS.	UN		7		
2	**BALANÇO SENSORIAL - TIPO NINHO INDIVIDUAL** FORMATO GOTA, COMPOSTO POR 1 ESTRUTURA DE TECIDO OXFORD EM DUAS CAMADAS, 1 ALMOFADA REMOVÍVEL E 1 CONJUNTO DE SUSPENSÃO COM PONTOS DE FIXAÇÃO E ELEMENTOS METÁLICOS ADEQUADOS. SUPORTE MÍNIMO DE 70 KG, COSTURAS REFORÇADAS E ACABAMENTO RESISTENTE.	UN		5		
3	**BONECA INFANTIL DE PEQUENO PORTE - ALTURA APROXIMADA DE 20 A 30CM** CONFECCIONADA EM MATERIAL ATÓXICO,	UN		10		

	RESISTENTE E LAVÁVEL, COM ACABAMENTO SEGURO, SEM REBARBAS OU PARTES CORTANTES, ADEQUADA PARA ATIVIDADES LÚDICAS, FAZ DE CONTA, INTERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL.					
4	**CARRINHO INFANTIL EM FORMATO DE CAMINHÃO OU VEÍCULO SIMILAR** CONFECCIONADO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO (PP), POLIETILENO (PE) OU MATERIAL EQUIVALENTE, RESISTENTE E ATÓXICO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 48 X 48 X 87 CM. RODAS FUNCIONAIS E ACABAMENTO SEM REBARBAS. INDICAÇÃO DE FAIXA ETÁRIA E REQUISITOS DE SEGURANÇA CONFORME LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.	UN		10		
5	**CHOCALHO INFANTIL COMPOSTO POR 1 PEÇA** CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, ATÓXICO E LAVÁVEL, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 12 A 20 CM, ACABAMENTO ARREDONDADO E SEGURO E ELEMENTOS INTERNOS PRÓPRIOS PARA PRODUÇÃO DE SOM AO MOVIMENTAR.	UN		5		
6	**CONJUNTO COM 5 FANTOCHES DE MÃO** REPRESENTANDO OS PERSONAGENS DO FOLCLORE BRASILEIRO: 1 SACI-PERERÊ, 1 CURUPIRA, 1 BOTO-ROSA, 1 MULA-SEM-CABEÇA E 1 SEREIA. CORPO EM TECIDO RESISTENTE E ANTIALÉRGICO, CABELOS EM LÃ ACRÍLICA OU MATERIAL EQUIVALENTE E ROUPAS EM TECIDO DE ALGODÃO OU EQUIVALENTE. ACABAMENTO COSTURADO E RESISTENTE.	CJ		10		
7	**CONJUNTO CONTENDO NO MÍNIMO 200G DE AREIA CINÉTICA COLORIDA** ACONDICIONADA EM EMBALAGEM RESISTENTE E REUTILIZÁVEL. MATERIAL MALEÁVEL, DE TEXTURA SUAVE, NÃO TÓXICO, ADEQUADO PARA MODELAGEM E ATIVIDADES SENSORIAIS. DEVERÁ SER FORNECIDO COM NO MÍNIMO 2 MOLDES PLÁSTICOS PARA MODELAGEM.	CJ		10		
8	**CONJUNTO CONTENDO NO MÍNIMO 3 JOGOS DE TABULEIRO** SENDO OBRIGATORIAMENTE: 1 JOGO DE DAMAS, 1 JOGO DE XADREZ E 1 JOGO DE TRILHA. CADA JOGO DEVERÁ POSSUIR	CJ		10		

	TABULEIRO COMPLETO E TODAS AS PEÇAS NECESSÁRIAS PARA SUA UTILIZAÇÃO. PEÇAS E TABULEIROS CONFECCIONADOS EM MATERIAL RESISTENTE E ATÓXICO.					
9	**CONJUNTO DE FAMÍLIA TERAPÊUTICA COMPOSTO POR 10 BONECOS ARTICULADOS** SENDO: 1 PESSOA GORDA; 1 PESSOA MAGRA; 1 PESSOA SURDA; 1 PESSOA CADEIRANTE COM CADEIRA DE RODAS; 1 PESSOA IDOSA COM ANDADOR; 1 PESSOA NEGRA; 1 PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA; 1 PESSOA INDÍGENA; 1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA UTILIZANDO MULETAS; E 1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL UTILIZANDO BENGALA. BONECOS CONFECCIONADOS EM MADEIRA E TECIDO, COM PINTURA ATÓXICA E ACABAMENTO RESISTENTE. ACESSÓRIOS CORRESPONDENTES INCLUÍDOS.	CJ		10		
10	**CONJUNTO DE PINOS DE ENCAIXE** COMPOSTO POR 1 BASE PERFURADA E NO MÍNIMO 20 PINOS COLORIDOS, CONFECCIONADOS EM PLÁSTICO RESISTENTE, ATÓXICO E LAVÁVEL, COM DIMENSÕES ADEQUADAS AO MANUSEIO INFANTIL. PINOS COMPATÍVEIS COM OS FUROS DA BASE.	CJ		10		
11	**DADO CONFECCIONADO EM ESPUMA MACIA E RESISTENTE** DIMENSÕES APROXIMADAS DE 15X15X15CM OU SUPERIORES REVESTIDO COM MATERIAL LAVÁVEL, CONTENDO ELEMENTOS DE ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA, INCLUINDO CADARÇO, ZÍPER E BOTÕES, PARA TREINO DE COORDENAÇÃO MOTORA FINA, HABILIDADES FUNCIONAIS E AUTONOMIA.	UN		5		
12	**ESPAGUETE DE PISCINA** CONFECCIONADO EM ESPUMA DE POLIETILENO OU MATERIAL FLEXÍVEL EQUIVALENTE, LEVE, RESISTENTE, NÃO TÓXICO E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, DESTINADO A ATIVIDADES RECREATIVAS, MOTORAS, AQUÁTICAS E TERAPÊUTICAS. COMPRIMENTO APROXIMADO DE 1,60M OU	UN		20		

	SUPERIOR E DIÂMETRO APROXIMADO DE 6 A 8CM.					
13	**FRASCO CONTENDO NO MÍNIMO 50ML DE SOLUÇÃO PARA FORMAÇÃO DE BOLHAS DE SABÃO** ACOMPANHADO DE 1 APLICADOR. EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE, COM APROXIMADAMENTE 10 CM DE ALTURA E 3,5 CM DE DIÂMETRO, OU DIMENSÕES EQUIVALENTES. PRODUTO ADEQUADO AO USO INFANTIL E COM COMPOSIÇÃO NÃO TÓXICA.	UN		10		
14	**GANGORRA INFANTIL - TIPO CAVALINHO** COMPOSTA POR 1 CORPO EM PLÁSTICO RESISTENTE, 1 ASSENTO ANATÔMICO, 2 APOIOS PARA AS MÃOS E 1 BASE DE BALANÇO ESTÁVEL. MATERIAL ATÓXICO, LAVÁVEL, SEM REBARBAS OU BORDAS CORTANTES E ADEQUADO AO USO INFANTIL.	UN		5		
15	**JOGO DE HABILIDADE (2)** COMPOSTO POR 1 ESTRUTURA/BASE, NO MÍNIMO 20 VARETAS E 1 CONJUNTO DE PEÇAS DE APOIO NECESSÁRIAS AO FUNCIONAMENTO, CONFECCIONADOS EM PLÁSTICO RESISTENTE E ATÓXICO. DEVE SER FORNECIDO COMPLETO, COM TODAS AS PEÇAS NECESSÁRIAS À MONTAGEM E UTILIZAÇÃO.	JG		5		
16	**JOGO DE MASSAS PARA REABILITAÇÃO** COMPOSTO POR 4 UNIDADES DE MASSA DE SILICONE OU MATERIAL ELASTOMÉRICO EQUIVALENTE, NAS CORES AZUL, AMARELA, VERMELHA E VERDE, CORRESPONDENTES A DIFERENTES NÍVEIS DE RESISTÊNCIA. CADA UNIDADE DEVERÁ POSSUIR NO MÍNIMO 80 G, SER LAVÁVEL, REUTILIZÁVEL E NÃO TÓXICA.	JG		5		
17	**KIT CONTENDO 6 ANIMAIS SELVAGENS EM MINIATURA** CONFECCIONADOS EM BORRACHA, PVC OU MATERIAL FLEXÍVEL EQUIVALENTE, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, COM APROXIMADAMENTE 7 A 12 CM CADA, SENDO: 1 TIGRE, 1 LEÃO, 1 RINOCERONTE, 1 ZEBRA, 1 GIRAFA E 1 ONÇA.	KT		10		
18	**KIT DE LETRAMENTO COMPOSTO POR 10 JOGOS DISTINTOS**	KT		8		

	SENDO: 1 ALFABETO ILUSTRADO; 1 BINGO DO ALFABETO; 1 ALFABETO DIVERTIDO; 1 LOTO LEITURA; 1 DOMINÓ DE VOGAIS; 1 DOMINÓ DE FRASES; 1 DOMINÓ DE ALFABETIZAÇÃO; 1 ALFABETO E SÍLABAS; 1 MEMÓRIA DE ALFABETIZAÇÃO; E 1 JOGO DE APRENDIZAGEM DE ANTÔNIMOS. CADA JOGO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, COM TODAS AS CARTAS, PEÇAS, TABULEIROS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO.					
19	**KIT DE QUEBRA-CABEÇAS PROGRESSIVOS COMPOSTO POR NO MÍNIMO 3 QUEBRA-CABEÇAS** CADA UM COM QUANTIDADE DIFERENTE DE PEÇAS, SENDO NO MÍNIMO 4, 9 E 16 PEÇAS. CONFECCIONADOS EM PAPELÃO RÍGIDO, MDF OU MATERIAL EQUIVALENTE, RESISTENTE E ATÓXICO, COM ENCAIXE ADEQUADO E PEÇAS DE TAMANHO SEGURO PARA MANUSEIO.	KT		10		
20	**KIT DE SEQUÊNCIA LÓGICA COMPOSTO POR NO MÍNIMO 24 CARTAS ILUSTRADAS** ORGANIZADAS EM NO MÍNIMO 8 SEQUÊNCIAS DE 3 CARTAS OU 6 SEQUÊNCIAS DE 4 CARTAS. CARTAS CONFECCIONADAS EM PAPEL CARTÃO DE ALTA GRAMATURA, MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE OU EQUIVALENTE, COM IMPRESSÃO NÍTIDA E ACABAMENTO ADEQUADO.	KT		10		
21	**LIVRO DE CONTOS DOS IRMÃOS GRIMM** EM LÍNGUA PORTUGUESA, IMPRESSO EM PAPEL DE QUALIDADE, COM CAPA RESISTENTE E ACABAMENTO ADEQUADO AO MANUSEIO FREQUENTE. DEVE CONTER SELEÇÃO DE CONTOS COMPLETOS OU ADAPTADOS PARA LEITURA INFANTOJUVENIL, COM DIAGRAMAÇÃO LEGÍVEL E ILUSTRAÇÕES QUANDO APLICÁVEL.	UN		5		
22	**MALETA DE ATIVIDADE SENSORIAL** CONFECCIONADA EM FELTRO DE ALTA QUALIDADE, RESISTENTE E ATÓXICO. DIMENSÕES APROXIMADAS: FECHADA 28X22X4CM E ABERTA 45X28CM. COM NO MÍNIMO 8 ATIVIDADES INTERATIVAS INCORPORADAS À MALETA, INCLUINDO ELEMENTOS DE ZÍPER, BOTÃO, CADARÇO,	UN		10		

	FIVELA, VELCRO, ENCAIXE E OUTRAS ATIVIDADES DE ESTIMULAÇÃO TÁTIL E COORDENAÇÃO MOTORA. FECHAMENTO E ACABAMENTO REFORÇADOS.					
23	**MEIA BOLA DE EQUILÍBRIO** COMPOSTA POR 1 MEIA ESFERA INFLÁVEL, 1 BASE PLANA ANTIDERRAPANTE E 1 VÁLVULA DE ENCHIMENTO. CONFECCIONADA EM PVC, TPE OU MATERIAL EQUIVALENTE DE ALTA RESISTÊNCIA, COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 55 A 65 CM E CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 120 KG.	UN		5		
24	**TESOURA ADAPTADA - COMPRIMENTO APROXIMADO DE 15 A 20CM** COMPOSTA POR 1 TESOURA COM MECANISMO TIPO MOLA PARA ABERTURA AUTOMÁTICA, LÂMINAS METÁLICAS PROTEGIDAS, PONTAS ARREDONDADAS E CABO ERGONÔMICO. ADEQUADA PARA ATIVIDADES DE RECORTE E COORDENAÇÃO MOTORA.	UN		10		

Validade da Proposta: 60 dias

Prazo para entrega dos produtos: 15 (quinze) dias após emissão da autorização de fornecimento;

Todas as despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Termo de Referência e aviso de dispensa de licitação.

_____

Nome, CPF e assinatura do responsável pela empresa

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ..../2026
PRC 175/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO 57/2026

O **Município de Arceburgo**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 17.899.717/0001-10, com sede na Rua Coronel Cândido de Souza Dias, nº 1033, Centro, Arceburgo/MG, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Sr(a). ....., na qualidade de Prefeita Municipal, neste ato denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **.....***, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na.....*, neste ato representada por ....., inscrito(a) no CPF nº ....., denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 57/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA EQUIPE E-MULTI E DO NÚCLEO DE APOIO AO AUTISTA, COM RECURSOS REFERENTES ÀS EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS Nº 07/2025 E 06/2025, RESPECTIVAMENTE**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;
1.2.2. O Edital da Licitação;
1.2.3. A Proposta do contratado;
1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. Os preços da contratação são:

ÍTEM	*ESPECIFICAÇÃO*	*UN*	*QUANTI*	*VR UNIT*	*VR TOTAL*
1	**BALANÇO PROPRIOCEPTIVO ORTOPÉDICO -TIPO BALANCIM** COM ESTRUTURA EM AÇO, TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E PINTURA DE ACABAMENTO RESISTENTE. PLATAFORMA CENTRAL SUSPENSA E FIXADA POR CORRENTES ZINCADAS; ASSENTO OU PLATAFORMA REVESTIDO COM MATERIAL ANTIDERRAPANTE. DIMENSÕES APROXIMADAS INTERNAS DE 0,40 X 0,20 M E EXTERNAS DE 0,70 X 0,40 X 0,55 M. ESTRUTURA FIRME E ADEQUADA PARA ATIVIDADES TERAPÊUTICAS.	UN	7		
2	**BALANÇO SENSORIAL - TIPO NINHO INDIVIDUAL** FORMATO GOTA, COMPOSTO POR 1 ESTRUTURA DE TECIDO OXFORD EM DUAS CAMADAS, 1 ALMOFADA REMOVÍVEL E 1 CONJUNTO DE SUSPENSÃO COM PONTOS DE FIXAÇÃO E ELEMENTOS METÁLICOS ADEQUADOS. SUPORTE MÍNIMO DE 70 KG, COSTURAS REFORÇADAS E ACABAMENTO RESISTENTE.	UN	5		
3	**BONECA INFANTIL DE PEQUENO PORTE - ALTURA APROXIMADA DE 20 A 30CM** CONFECCIONADA EM MATERIAL ATÓXICO, RESISTENTE E LAVÁVEL, COM ACABAMENTO SEGURO, SEM REBARBAS OU PARTES CORTANTES, ADEQUADA PARA ATIVIDADES LÚDICAS, FAZ DE CONTA, INTERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL.	UN	10		
4	**CARRINHO INFANTIL EM FORMATO DE CAMINHÃO OU VEÍCULO SIMILAR** CONFECCIONADO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO (PP), POLIETILENO (PE) OU MATERIAL EQUIVALENTE, RESISTENTE E ATÓXICO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 48 X 48 X 87 CM. RODAS FUNCIONAIS E ACABAMENTO SEM REBARBAS. INDICAÇÃO DE FAIXA	UN	10		

	ETÁRIA E REQUISITOS DE SEGURANÇA CONFORME LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.				
5	**CHOCALHO INFANTIL COMPOSTO POR 1 PEÇA** CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, ATÓXICO E LAVÁVEL, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 12 A 20 CM, ACABAMENTO ARREDONDADO E SEGURO E ELEMENTOS INTERNOS PRÓPRIOS PARA PRODUÇÃO DE SOM AO MOVIMENTAR.	UN	5		
6	**CONJUNTO COM 5 FANTOCHES DE MÃO** REPRESENTANDO OS PERSONAGENS DO FOLCLORE BRASILEIRO: 1 SACI-PERERÊ, 1 CURUPIRA, 1 BOTO-ROSA, 1 MULA-SEM-CABEÇA E 1 SEREIA. CORPO EM TECIDO RESISTENTE E ANTIALÉRGICO, CABELOS EM LÃ ACRÍLICA OU MATERIAL EQUIVALENTE E ROUPAS EM TECIDO DE ALGODÃO OU EQUIVALENTE. ACABAMENTO COSTURADO E RESISTENTE.	CJ	10		
7	**CONJUNTO CONTENDO NO MÍNIMO 200G DE AREIA CINÉTICA COLORIDA** ACONDICIONADA EM EMBALAGEM RESISTENTE E REUTILIZÁVEL. MATERIAL MALEÁVEL, DE TEXTURA SUAVE, NÃO TÓXICO, ADEQUADO PARA MODELAGEM E ATIVIDADES SENSORIAIS. DEVERÁ SER FORNECIDO COM NO MÍNIMO 2 MOLDES PLÁSTICOS PARA MODELAGEM.	CJ	10		
8	**CONJUNTO CONTENDO NO MÍNIMO 3 JOGOS DE TABULEIRO** SENDO OBRIGATORIAMENTE: 1 JOGO DE DAMAS, 1 JOGO DE XADREZ E 1 JOGO DE TRILHA. CADA JOGO DEVERÁ POSSUIR TABULEIRO COMPLETO E TODAS AS PEÇAS NECESSÁRIAS PARA SUA UTILIZAÇÃO. PEÇAS E TABULEIROS CONFECCIONADOS EM MATERIAL RESISTENTE E ATÓXICO.	CJ	10		
9	**CONJUNTO DE FAMÍLIA TERAPÊUTICA COMPOSTO POR 10 BONECOS ARTICULADOS** SENDO: 1 PESSOA GORDA; 1 PESSOA MAGRA; 1 PESSOA SURDA; 1 PESSOA CADEIRANTE COM CADEIRA DE RODAS; 1 PESSOA IDOSA COM ANDADOR; 1 PESSOA NEGRA; 1 PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA; 1 PESSOA INDÍGENA; 1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA UTILIZANDO MULETAS; E 1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL UTILIZANDO BENGALA. BONECOS CONFECCIONADOS EM MADEIRA E TECIDO, COM PINTURA ATÓXICA E ACABAMENTO RESISTENTE. ACESSÓRIOS CORRESPONDENTES INCLUÍDOS.	CJ	10		
10	**CONJUNTO DE PINOS DE ENCAIXE** COMPOSTO POR 1 BASE PERFURADA E NO MÍNIMO 20 PINOS COLORIDOS, CONFECCIONADOS EM PLÁSTICO RESISTENTE, ATÓXICO E LAVÁVEL, COM DIMENSÕES ADEQUADAS AO MANUSEIO INFANTIL. PINOS COMPATÍVEIS COM OS FUROS DA BASE.	CJ	10		
11	**DADO CONFECCIONADO EM ESPUMA MACIA E RESISTENTE** DIMENSÕES APROXIMADAS DE 15X15X15CM OU SUPERIORES REVESTIDO COM MATERIAL LAVÁVEL, CONTENDO ELEMENTOS DE ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA, INCLUINDO CADARÇO, ZÍPER E BOTÕES,	UN	5		

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026

	PARA TREINO DE COORDENAÇÃO MOTORA FINA, HABILIDADES FUNCIONAIS E AUTONOMIA.				
12	**ESPAGUETE DE PISCINA** CONFECCIONADO EM ESPUMA DE POLIETILENO OU MATERIAL FLEXÍVEL EQUIVALENTE, LEVE, RESISTENTE, NÃO TÓXICO E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, DESTINADO A ATIVIDADES RECREATIVAS, MOTORAS, AQUÁTICAS E TERAPÊUTICAS. COMPRIMENTO APROXIMADO DE 1,60M OU SUPERIOR E DIÂMETRO APROXIMADO DE 6 A 8CM.	UN	20		
13	**FRASCO CONTENDO NO MÍNIMO 50ML DE SOLUÇÃO PARA FORMAÇÃO DE BOLHAS DE SABÃO** ACOMPANHADO DE 1 APLICADOR. EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE, COM APROXIMADAMENTE 10 CM DE ALTURA E 3,5 CM DE DIÂMETRO, OU DIMENSÕES EQUIVALENTES. PRODUTO ADEQUADO AO USO INFANTIL E COM COMPOSIÇÃO NÃO TÓXICA.	UN	10		
14	**GANGORRA INFANTIL - TIPO CAVALINHO** COMPOSTA POR 1 CORPO EM PLÁSTICO RESISTENTE, 1 ASSENTO ANATÔMICO, 2 APOIOS PARA AS MÃOS E 1 BASE DE BALANÇO ESTÁVEL. MATERIAL ATÓXICO, LAVÁVEL, SEM REBARBAS OU BORDAS CORTANTES E ADEQUADO AO USO INFANTIL.	UN	5		
15	**JOGO DE HABILIDADE (2)** COMPOSTO POR 1 ESTRUTURA/BASE, NO MÍNIMO 20 VARETAS E 1 CONJUNTO DE PEÇAS DE APOIO NECESSÁRIAS AO FUNCIONAMENTO, CONFECCIONADOS EM PLÁSTICO RESISTENTE E ATÓXICO. DEVE SER FORNECIDO COMPLETO, COM TODAS AS PEÇAS NECESSÁRIAS À MONTAGEM E UTILIZAÇÃO.	JG	5		
16	**JOGO DE MASSAS PARA REABILITAÇÃO** COMPOSTO POR 4 UNIDADES DE MASSA DE SILICONE OU MATERIAL ELASTOMÉRICO EQUIVALENTE, NAS CORES AZUL, AMARELA, VERMELHA E VERDE, CORRESPONDENTES A DIFERENTES NÍVEIS DE RESISTÊNCIA. CADA UNIDADE DEVERÁ POSSUIR NO MÍNIMO 80 G, SER LAVÁVEL, REUTILIZÁVEL E NÃO TÓXICA.	JG	5		
17	**KIT CONTENDO 6 ANIMAIS SELVAGENS EM MINIATURA** CONFECCIONADOS EM BORRACHA, PVC OU MATERIAL FLEXÍVEL EQUIVALENTE, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, COM APROXIMADAMENTE 7 A 12 CM CADA, SENDO: 1 TIGRE, 1 LEÃO, 1 RINOCERONTE, 1 ZEBRA, 1 GIRAFA E 1 ONÇA.	KT	10		
18	**KIT DE LETRAMENTO COMPOSTO POR 10 JOGOS DISTINTOS** SENDO: 1 ALFABETO ILUSTRADO; 1 BINGO DO ALFABETO; 1 ALFABETO DIVERTIDO; 1 LOTO LEITURA; 1 DOMINÓ DE VOGAIS; 1 DOMINÓ DE FRASES; 1 DOMINÓ DE ALFABETIZAÇÃO; 1 ALFABETO E SÍLABAS; 1 MEMÓRIA DE ALFABETIZAÇÃO; E 1 JOGO DE APRENDIZAGEM DE ANTÔNIMOS. CADA JOGO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, COM TODAS AS CARTAS, PEÇAS, TABULEIROS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO.	KT	8		

19	**KIT DE QUEBRA-CABEÇAS PROGRESSIVOS COMPOSTO POR NO MÍNIMO 3 QUEBRA-CABEÇAS** CADA UM COM QUANTIDADE DIFERENTE DE PEÇAS, SENDO NO MÍNIMO 4, 9 E 16 PEÇAS. CONFECCIONADOS EM PAPELÃO RÍGIDO, MDF OU MATERIAL EQUIVALENTE, RESISTENTE E ATÓXICO, COM ENCAIXE ADEQUADO E PEÇAS DE TAMANHO SEGURO PARA MANUSEIO.	KT	10		
20	**KIT DE SEQUÊNCIA LÓGICA COMPOSTO POR NO MÍNIMO 24 CARTAS ILUSTRADAS** ORGANIZADAS EM NO MÍNIMO 8 SEQUÊNCIAS DE 3 CARTAS OU 6 SEQUÊNCIAS DE 4 CARTAS. CARTAS CONFECCIONADAS EM PAPEL CARTÃO DE ALTA GRAMATURA, MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE OU EQUIVALENTE, COM IMPRESSÃO NÍTIDA E ACABAMENTO ADEQUADO.	KT	10		
21	**LIVRO DE CONTOS DOS IRMÃOS GRIMM** EM LÍNGUA PORTUGUESA, IMPRESSO EM PAPEL DE QUALIDADE, COM CAPA RESISTENTE E ACABAMENTO ADEQUADO AO MANUSEIO FREQUENTE. DEVE CONTER SELEÇÃO DE CONTOS COMPLETOS OU ADAPTADOS PARA LEITURA INFANTOJUVENIL, COM DIAGRAMAÇÃO LEGÍVEL E ILUSTRAÇÕES QUANDO APLICÁVEL.	UN	5		
22	**MALETA DE ATIVIDADE SENSORIAL** CONFECCIONADA EM FELTRO DE ALTA QUALIDADE, RESISTENTE E ATÓXICO. DIMENSÕES APROXIMADAS: FECHADA 28X22X4CM E ABERTA 45X28CM. COM NO MÍNIMO 8 ATIVIDADES INTERATIVAS INCORPORADAS À MALETA, INCLUINDO ELEMENTOS DE ZÍPER, BOTÃO, CADARÇO, FIVELA, VELCRO, ENCAIXE E OUTRAS ATIVIDADES DE ESTIMULAÇÃO TÁTIL E COORDENAÇÃO MOTORA. FECHAMENTO E ACABAMENTO REFORÇADOS.	UN	10		
23	**MEIA BOLA DE EQUILÍBRIO** COMPOSTA POR 1 MEIA ESFERA INFLÁVEL, 1 BASE PLANA ANTIDERRAPANTE E 1 VÁLVULA DE ENCHIMENTO. CONFECCIONADA EM PVC, TPE OU MATERIAL EQUIVALENTE DE ALTA RESISTÊNCIA, COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 55 A 65 CM E CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 120 KG.	UN	5		
24	**TESOURA ADAPTADA - COMPRIMENTO APROXIMADO DE 15 A 20CM** COMPOSTA POR 1 TESOURA COM MECANISMO TIPO MOLA PARA ABERTURA AUTOMÁTICA, LÂMINAS METÁLICAS PROTEGIDAS, PONTAS ARREDONDADAS E CABO ERGONÔMICO. ADEQUADA PARA ATIVIDADES DE RECORTE E COORDENAÇÃO MOTORA.	UN	10		

5.2. O valor total da contratação é de R$..... (.....)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1 A empresa deverá fazer uma disputa equilibrada, considerando a manutenção do valor proposto pelo prazo de vigência do contrato, pois oscilação de mercado não é fato suficiente a ensejar reequilíbrio econômico-financeiro.

7.2 Sempre que atendidas as condições do Contrato considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

7.3 A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade.

7.4 Na ocorrência de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro devidamente justificado pela Contratada antes da solicitação da ordem de execução pelo Poder Público, caso os preços apurados no mercado sejam mais vantajosos, poderá a Administração liberar o contratado do compromisso sem aplicação de penalidades.

7.5. Na ocorrência de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro pela Contratada após encaminhada a Autorização de Fornecimento pelo Poder Público, o CONTRATATADO não poderá recusar e/ou interromper o contrato até decisão final no processo administrativo.

7.6. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreadas em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Arceburgo para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *10 (dez) dias*.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155, da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, e “g” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave
11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “l” e “m” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave..
11.2.4. Multa:
11.2.4.1. Moratória para as infrações descritas no item “d”, de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
11.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
11.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
11.2.4.3. Compensatória para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

11.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
11.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
11.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
11.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
11.1. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
11.2. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
11.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
11.5. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
11.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.
11.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
11.7. Na aplicação das sanções serão considerados:
11.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
11.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
11.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
11.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
11.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos o Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA NATUREZA DA DESPESA

13.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Ficha 273
Dotação orçamentária: 02007 001 10 302 1003 2.055
Elemento de despesa: 339030 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 1500 000 1002 – Recursos não Vinculado de Impostos – SAÚDE

Ficha 323
Dotação orçamentária: 02007 001 10 302 1003 2.055
Elemento de despesa: 339030 – MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 1500 000 1002 – Recursos não Vinculado de Impostos - SAÚDE

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1 A execução do presente contrato será acompanhada pelo gestor e fiscal do contrato designado pela Diretoria de Saúde e Vigilância Sanitária, permitida a assistência de terceiros para subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que deverá atestar a realização de seu objeto, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

16.2 A Diretoria de Saúde e Vigilância Sanitária designará formalmente, fiscal e gestor do contrato entre o(s)servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento "in loco" da execução do objeto e das medições.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO (art. 92, §1º)

18.1 Fica eleito o foro da Comarca da Monte Santo de Minas Estado de Minas Gerais para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes, para que produza seus efeitos legais.

Arceburgo/MG, ..., de ..... de 2026.

_____
Representante legal do CONTRATANTE

_____
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS: